

ACESSIBILIDADE DE “A” A “I” DE INCLUSÃO

Em Defesa dos Direitos das
Pessoas com Deficiência



ESCOLA DO
LEGISLATIVO
ESTADO DE GOIÁS

Comissão de
Defesa dos Direitos
da Pessoa com
Deficiência



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE GOIÁS**

Os conceitos de acessibilidade e inclusão estão profundamente entrelaçados, pois a acessibilidade é primeiro para que todos possam andar de mãos dadas na caminhada da inclusão das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Ao tornar os ambientes e serviços acessíveis, promove-se a participação igualitária de todos, o que é um objetivo fundamental da inclusão. É por isso que "A busca pela acessibilidade é um caminho para a inclusão" e uma "sociedade inclusiva valoriza a acessibilidade em todos os níveis".

- **Acessibilidade:** acesso e utilização de espaços, produtos e serviços por todas as pessoas, independentemente de suas características físicas ou cognitivas.
- **Inclusão:** processo de integração participativa de pessoas que foram excluídas e estigmatizadas em diferentes âmbitos da sociedade.

Mas, além da Acessibilidade e Inclusão, precisamos aprender e saber de cor o “ABCDFGHI” sobre os direitos das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

A ACESSIBILIDADE URBANA

Desafios:

- Barreiras Urbanísticas
- Barreiras Arquitetônicas
- Barreiras Comunicacionais
- Barreiras Atitudinais



Acessibilidade urbana refere-se à possibilidade de pessoas com deficiência, idosos e outras pessoas com mobilidade reduzida utilizarem espaços públicos e privados com segurança, autonomia e conforto.

Implica adaptar o ambiente físico, as infraestruturas, os transportes e a comunicação, garantindo que todos possam ter acesso a serviços, oportunidades e atividades em igualdade de condições.

O objetivo da acessibilidade urbana é garantir que todos possam desfrutar de igualdade de condições para utilizar a cidade, participar da vida social e profissional e acessar serviços essenciais, como:

- * **Infraestrutura urbana:** calçadas, rampas, elevadores, sinalização tátil, entre outros.
- * **Transporte público:** ônibus, trens, metrô, com rampas, elevadores, espaços reservados para cadeiras de rodas.
- * **Edifícios e espaços públicos:** adaptados com rampas, elevadores, sanitários acessíveis, sinalização clara.
- * **Comunicação:** informações em Braille, audiodescrição, legendas, entre outros.
- * **Prioridade:** atendimento preferencial, políticas públicas de inclusão.

A acessibilidade urbana traz inúmeros benefícios, como:

- * **Inclusão social:** permite que pessoas com deficiência e mobilidade reduzida participem mais ativamente da vida social, profissional e cultural.
- * **Melhora na qualidade de vida:** garante maior autonomia e segurança para pessoas com necessidades especiais.
- * **Aumento do turismo:** cidades acessíveis atraem mais turistas, incluindo pessoas com deficiência.
- * **Economia:** reduz custos com transporte e saúde, além de aumentar a produtividade da força de trabalho.

Apesar da importância, a acessibilidade urbana ainda é um desafio em muitas cidades, com barreiras urbanísticas, arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais:

- * **Calçadas:** largura adequada, sem buracos, com piso tátil.
- * **Rampas:** com inclinação e largura adequadas, com corrimão.
- * **Transporte público:** ônibus com rampas, trens e metrô com elevadores.
- * **Edifícios:** com rampas, elevadores, sanitários acessíveis, sinalização tátil.

B BOA VONTADE POLÍTICA

Pre-requisitos:

- Responsabilidade Corporativa
- Participação Social
- Compromisso Político



A expressão "boa vontade política PcD" (Pessoa com Deficiência) refere-se ao compromisso dos governos e instituições em promover a inclusão e os direitos das pessoas com deficiência. Ela destaca a necessidade de políticas públicas que vão além de uma mera intenção de ajudar, abrangendo ações concretas que garantam o acesso a direitos.

É mais do que um gesto de caridade, mas, sim, um compromisso de longo prazo com a inclusão, que exige a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Significa que a inclusão da PcD deve ser uma prioridade na agenda política, sendo objeto de lei, regulamentos e programas específicos, no que inclui também:

- * **Ações concretas:** além da boa vontade, é preciso que haja investimentos em infraestrutura acessível, educação inclusiva, oportunidades de emprego, saúde adaptada e acesso a serviços públicos.
- * **Participação Social:** as pessoas com deficiência devem ser ouvidas e participar da formulação das políticas que as afetam, garantindo que as ações sejam realmente eficazes.
- * **Luta por direitos:** é fundamental que a sociedade como um todo, incluindo o governo, trabalhe para garantir os direitos das PCD, como a igualdade de oportunidades, o respeito à dignidade e a autonomia.
- * **Responsabilidade Corporativa:** empresas também podem contribuir com a inclusão, criando ambientes de trabalho acessíveis, promovendo a sensibilização e oferecendo oportunidades de emprego para PcD.

C COMUNIDADE ANTICAPACITISTA

Conflito:

Modelo Médico focado na patologia
X
Modelo Social focado na pessoa



O anticapacitismo é a luta contra a postura preconceituosa que hierarquiza pessoas de acordo com seus corpos, o capacitismo. Ele leva à falsa crença de que algumas pessoas são mais capazes do que outras para trabalhar, aprender, amar, cuidar e todas as dimensões que compõem a vida individual e em sociedade.

Para se alcançar uma sociedade verdadeiramente anticapacitista, é necessário um compromisso coletivo com a igualdade, a justiça e a solidariedade.

É preciso garantir a acessibilidade física em espaços públicos e instituições, bem como reconhecer e confrontar os privilégios associados à capacidade. Ao criar estruturas e sistemas que promovam a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua capacidade, é possível romper os padrões mentais e ambientais da exclusão capacitista. Para isso, temos que tomar nota dos seguintes pontos:

Luta contra o modelo médico: o capacitismo muitas vezes se baseia no modelo médico, que vê a deficiência como um problema individual que precisa ser "curado" ou "corrigido". O anticapacitismo, por outro lado, reconhece que a deficiência é uma questão social e que as barreiras impostas pela sociedade são o principal problema, e não a deficiência em si.

Promovendo o modelo social: o modelo social de deficiência reconhece que a deficiência é resultado das barreiras sociais e arquitetônicas que impedem a participação plena das pessoas com deficiência. O anticapacitismo busca derrubar essas barreiras para garantir a inclusão.

Desmistificando a deficiência: A educação anticapacitista busca desmistificar o preconceito contra pessoas com deficiência, mostrando que a deficiência não é sinônimo de incapacidade ou inferioridade. É importante reconhecer que as pessoas com deficiência podem ter diversas habilidades e competências.

Linguagem inclusiva: o anticapacitismo também se preocupa com a linguagem, evitando expressões pejorativas e utilizando termos inclusivos e respeitosos ao referir-se a pessoas com deficiência.

Acessibilidade: a acessibilidade física e comunicacional é fundamental para garantir a inclusão. O anticapacitismo defende que espaços públicos, transporte, informação e comunicação sejam acessíveis a todos, independentemente da deficiência.

Em defesa da autonomia: o anticapacitismo busca garantir a autonomia das pessoas com deficiência, reconhecendo que elas têm o direito de tomar suas próprias decisões e de ter suas necessidades atendidas de forma individualizada e respeitosa.

Ações afirmativas: para garantir a igualdade de oportunidades, o anticapacitismo pode defender a implementação de ações afirmativas que visam compensar as desigualdades históricas e sociais sofridas pelas pessoas com deficiência.

Engajamento político e social: o anticapacitismo não é apenas uma questão de atitude individual, mas também de mudança política e social. É necessário que haja políticas públicas que promovam a inclusão e que combatam a discriminação.

Ao adotar uma postura anticapacitista, busca-se criar uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária, em que todos tenham a oportunidade de viver e participar plenamente, independentemente de suas capacidades físicas, mentais ou sensoriais.

D DIÁLOGO HUMANIZADO

Modelos:

- Lugar de fala
("Nada de Nós sem Nós")
- Escuta Ativa e Empática
- Linguagens Inclusivas
- Sistemas de Escuta Assistida



"Nada sobre nós sem nós". Sempre atento ao lugar de fala das pessoas com deficiência, é preciso ouvir as suas demandas individuais e coletivas, para que as políticas públicas inclusivas sejam de fato. As pessoas com deficiência devem ser protagonistas nas decisões e políticas que as afetam.

É obrigatório os tomadores de decisão envolver os stakeholders pessoas com deficiência em todos os níveis da sociedade, desde o planejamento de políticas públicas, passado pela implementação até o controle de programas e projetos. As decisões que afetam as pessoas com deficiência, para serem eficazes e adequadas, devem ser tomadas em conjunto com elas, e não apenas sobre elas.

A "escuta" de pessoas com deficiência (PCDs) envolve diversas abordagens, dependendo do tipo de deficiência e do contexto:

*** Escuta Ativa e Empática: Para todas as PCDs, a escuta ativa e empática é crucial na área de saúde e educação. Isso significa prestar atenção plena, sem interrupções, e demonstrar empatia e compreensão.**

*** Linguagens para Pessoas com Deficiência Auditiva: Para pessoas com deficiência auditiva, a escuta precisa considerar a comunicação visual, como libras, bilhetes, a linguagem corporal e a comunicação escrita. A escuta pode ser facilitada por sistemas de escuta assistida, que incluem aparelhos auditivos e implantes cocleares.**

*** Sistemas de Escuta Assistida: Em ambientes como eventos e espaços públicos, sistemas de escuta assistida podem ajudar pessoas com deficiência auditiva a ouvir melhor, utilizando aparelhos auditivos e implantes cocleares, além de outros dispositivos.**

E ESPORTE PARALÍMPICO

Vantagens:

- Reabilitação e Saúde
- Inclusão Social
- Desenvolvimento Pessoal
- Mudança de Percepção



Os esportes paralímpicos são modalidades esportivas adaptadas para que pessoas com deficiência possam competir. A participação em esportes paralímpicos oferece inúmeros benefícios, incluindo:

- * **Reabilitação:** o esporte pode ser uma ferramenta importante para o processo de reabilitação de pessoas com deficiência.
- * **Inclusão social:** a prática do esporte paralímpico promove a inclusão e a igualdade de oportunidades.
- * **Promoção de saúde:** o esporte contribui para a melhoria da saúde física e mental.
- * **Desenvolvimento pessoal:** o esporte paralímpico ajuda no desenvolvimento de habilidades como autoconfiança, autoestima e capacidade motora.
- * **Mudança de percepção:** as Paralimpíadas desafiam estereótipos e promovem uma maior compreensão e respeito pelas pessoas com deficiência. As modalidades paralímpicas incluem uma variedade de modalidades esportivas, adaptadas para pessoas com deficiência física, visual e intelectual.

Alguns exemplos de esportes paralímpicos incluem o:

- * **Atletismo:** corrida, salto e lançamento, adaptados para atletas com deficiências físicas.
- * **Natação:** Vários estilos de natação, adaptados para atletas com deficiências físicas.
- * **Basquete em cadeira de rodas:** uma versão do basquete adaptada para atletas que usam cadeiras de rodas.
- * **Futebol de 5:** um tipo de futebol adaptado para atletas com deficiência visual.
- * **Goalball:** um esporte de grupo para atletas com deficiência visual, jogado com uma bola sonora.
- * **Bocha:** um esporte de precisão que utiliza bolas coloridas, adaptado para atletas com deficiência severa ou paralisia cerebral.
- * **Ciclismo:** adaptação do ciclismo para atletas com deficiências físicas.

Há que se criar políticas de financiamento e patrocínio de carreiras e times esportivos, bem como disseminar a divulgação e práticas de esportes paralímpicos e com PcDs, além de criar infraestrutura dessas práticas de forma amadora nos espaços públicos.



F FORÇA ASSOCIATIVA

Estratégias:

- Doações e Emendas
- Voluntariado
- Campanhas de Conscientização
- Compartilhamento nas Redes
- Compra de Produtos

É de extrema relevância apoiar as associações de socorro mútuo que atuam com pessoas com deficiência (PcDs) por meio de investimentos e cursos de capacitação. A proposta aqui é fortalecer o associativismo e defender os direitos dos seus membros, promovendo a autogestão, a solidariedade e a justiça social.

Existem várias formas de apoiar:

- * **Voluntariado:** oferecer seu tempo e habilidades para auxiliar nas tarefas da associação é uma forma de engajamento e contribuição.
- * **Campanhas de Conscientização e Eventos de Divulgação Científica:** participar de eventos e campanhas de conscientização sobre os direitos e necessidades das pessoas com deficiência ajuda a aumentar a visibilidade e o apoio à causa, bem como eventos de divulgação científica, que promovam o debate sobre saúde e inclusão social, no tocante ao tema.
- * **Compartilhamento nas Redes Sociais:** compartilhar informações sobre as ações das associações nas redes sociais pode atrair novos apoiadores e aumentar a visibilidade das causas.
- * **Compra de Produtos:** apoiando a compra de produtos confeccionados por pessoas com deficiência, pode-se contribuir para a geração de renda e a inclusão social.
- * **Doações e Emendas Parlamentares:** contribuir financeiramente é uma forma direta de apoiar as atividades das associações, que dependem de recursos para financiar seus programas e serviços. A classe política também pode destinar emendas parlamentares para entidades idôneas e reconhecidas pela sociedade, como a FAN.

A Força Associativa Nacional (FAN) é entidade, criada em 2014, cujo objetivo é congrega associações que tenham como propósito o socorro mútuo e obtenção de benefícios de forma coletiva aos seus associados. acompanha as atividades desenvolvidas por suas filiadas.

Desde a sua fundação, a FAN acompanha as atividades desenvolvidas por suas filiadas, a verificação de cumprimento das obrigações assumidas em regulamentos internos, o aprimoramento e treinamento dos diretores e colaboradores e, é claro, a assistência às associadas, por meio da promoção de cursos, simpósios e congressos realizados em várias capitais.

G

GANHO

LABORAL

Direitos Trabalhistas:

- Acesso ao Emprego
- Adaptações no Ambiente de Trabalho
- Jornada de Trabalho Específica
- Estabilidade no Emprego
- Benefícios Fiscais



As políticas de trabalho para Pessoas com Deficiência (PCDs) no Brasil incluem a Lei de Cotas, que obriga empresas empregadoras a reservar um percentual de vagas para PCDs.

De 100 a 200 empregados, a reserva legal é de 2%; de 201 a 500, de 3%; de 501 a 1.000, de 4%. As empresas com mais de 1.001 empregados devem reservar 5% das vagas para esse grupo. Pessoas com deficiência têm prioridade na fila de processos trabalhistas.

Esse direito é assegurado pela Lei 12.008/2009 e também se estende aos idosos e aos cidadãos enfermos.

Entre os direitos trabalhistas de pessoas com deficiência, destacam-se:

*** Acesso ao Emprego.**

*** Adaptações no Ambiente de Trabalho**

*** Jornada de Trabalho Específica**

*** Estabilidade no emprego**

*** Benefícios Fiscais**

O Serviço de Prestação continuada (BPC LOAS) está previsto na Constituição Federal e consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com deficiência e a idosos que não tenham condição de se sustentar ou de serem sustentados por sua família.

Embora não exista uma lista oficial de doenças, algumas condições podem facilitar a aprovação do pedido de prestação, como cegueira, epilepsia refratária, doenças cardíacas graves, entre outras.

Além da condição de saúde, é essencial comprovar que a renda familiar per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo.

H HABILIDADE PROFISSIONAL

Formação:

- Emprego Apoiado
- Educação Inclusiva



A) Emprego Apoiado

Essa metodologia busca a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, oferecendo apoio contínuo para que elas desenvolvam suas habilidades e se mantenham no emprego. O foco é em pessoas com deficiência que têm maiores dificuldades em se inserir no mercado de trabalho tradicional, tendo as seguintes características:

- * **Objetivo:** Promover a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho competitivo.
- * **Meta:** Aumentar a possibilidade de permanência e desenvolvimento profissional das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- * **Público-alvo:** pessoas com deficiência que precisam de apoio para se inserir e se manter no mercado de trabalho, incluindo aqueles com deficiência intelectual, deficiência múltipla, autismo, paralisia cerebral, entre outros.
- * **Metodologia:** envolve um conjunto de ações que oferecem suporte para que a pessoa com deficiência possa obter, manter e desenvolver seu emprego.
- * **Justificativa:** promove a inclusão social e a autonomia das pessoas com deficiência, permitindo que elas exerçam seus direitos e contribuam para a sociedade.
- * **Apoios:** podem incluir treinamento, orientação profissional, suporte individualizado, adaptações no ambiente de trabalho, apoio técnico, etc.

Como funciona?

- * **1. Avaliação:** A pessoa com deficiência é avaliada para identificar suas necessidades e habilidades, bem como as barreiras que podem estar impedindo sua inserção no mercado de trabalho.
- * **2. Elaboração do plano de apoio:** É elaborado um plano individualizado de apoio, que considera as necessidades específicas da pessoa, seus interesses e objetivos.
- * **3. Apoio na busca por emprego:** A pessoa é apoiada na busca por vagas de emprego e na preparação para entrevistas.
- * **4. Apoio no ambiente de trabalho:** A pessoa recebe apoio para se adaptar ao ambiente de trabalho, aprender as tarefas e desenvolver suas habilidades.
- * **5. Acompanhamento contínuo:** A pessoa recebe acompanhamento contínuo para garantir que ela se mantenha no emprego e continue se desenvolvendo profissionalmente.

**Mais informações podem ser acessadas no site: www.fimtpoder.org.br
Links úteis: <http://www.ielgo.com.br/emprego>**

B) Educação Inclusiva

A educação inclusiva para pessoas com deficiência (PcD) é um direito fundamental reconhecido pela legislação brasileira, garantindo o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) estabelece as diretrizes para a promoção da educação inclusiva, assegurando o acesso igualitário e a oferta de um ensino de qualidade para todos. As políticas de inclusão para pessoas com deficiência (PcD) nas escolas incluem legislação que garante o acesso à educação, a acessibilidade física e a adaptação pedagógica para atender às necessidades individuais dos estudantes. A legislação brasileira garante que as escolas públicas e privadas não possam recusar a matrícula de alunos com deficiência entre outros aspectos:

- * **Legislação:** a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) garante o direito à educação inclusiva para PcD. A Lei nº 7.853/1989 estipula a obrigatoriedade de matrícula de alunos com deficiência.
- * **Acessibilidade:** as escolas devem ser acessíveis, incluindo rampas, elevadores, adaptações nos sanitários, etc., para garantir que todos os alunos com deficiência possam acessar as instalações.
 - * **Atendimento Educacional Especializado (AEE):** as escolas devem oferecer atendimento especializado para auxiliar os alunos com deficiência, incluindo profissionais especializados, recursos de tecnologia assistiva e adaptações curriculares.
 - * **Transporte Escolar Inclusivo:** a legislação garante transporte acessível para estudantes com deficiência, facilitando o acesso à escola.
- * **Educação Especial:** a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, instituída em 2008, define os princípios e diretrizes para a educação inclusiva.
 - * **Recursos Financeiros:** o Governo Federal repassa recursos para as escolas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que inclui o programa Escola Acessível para financiar obras e equipamentos de acessibilidade.
- * **Formação Docente:** a formação continuada dos professores é fundamental para que eles possam atender às necessidades dos alunos com deficiência.
 - * **Ações de Conscientização:** a conscientização sobre a importância da inclusão pode ser promovida por meio de rodas de conversa, palestras e atividades que incentivem a empatia e o respeito pelas diferenças.
 - * **Recursos de tecnologia assistiva:** é importante que os pais e alunos conheçam e solicitem recursos de tecnologia assistiva, como softwares de leitura, softwares de escrita, ferramentas de comunicação alternativas, etc.
- * **Avaliação e diagnóstico:** é fundamental que os alunos com deficiência sejam avaliados por profissionais especializados para identificar suas necessidades específicas e planejar o atendimento educativo.
 - * **Apoio familiar:** os pais e familiares desempenham um papel fundamental no processo de inclusão, auxiliando os alunos com suas dificuldades e participando das atividades escolares.

I INCLUSÃO SOCIAL

Políticas Públicas:

- Saúde
- Educação
- Lazer e Desportos
- Urbanismo
- Meio-Ambiente



Inclusão social de pessoas com deficiência refere-se ao processo de garantir que todos, independentemente de suas habilidades ou deficiências, tenham acesso igualitário a oportunidades e recursos na sociedade. Significa garantir a participação ativa de pessoas com deficiência em diversos âmbitos, como educação, trabalho, lazer e relacionamentos, eliminando barreiras físicas, sociais e atitudinais que possam impedir a sua plena participação.

Elementos-chave da inclusão social de pessoas com deficiência:

- * **Acessibilidade:** eliminação de barreiras físicas e de comunicação que dificultam o acesso a espaços, informações e serviços.
- * **Educação inclusiva:** garantir que crianças e jovens com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade, adaptada às suas necessidades.
- * **Inclusão no trabalho:** promover a igualdade de oportunidades no mercado laboral, com políticas de inclusão e adaptação do ambiente de trabalho.
- * **Seguridade social:** garantir o acesso a serviços de educação, saúde e assistência social adequados às necessidades das PcDs.
- * **Conscientização e mudança de atitude:** combater preconceitos e estereótipos, promovendo uma cultura de tolerância e diversidade.
- * **Legislação e políticas públicas:** criação de leis e políticas que promovam a inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).
- * **Tecnologia assistiva:** acesso a equipamentos e tecnologias que auxiliem as pessoas com deficiência a realizar tarefas e atividades.

Impactos da inclusão social:

- * **Melhora na qualidade de vida:** a inclusão social contribui para o bem-estar e a autonomia das pessoas com deficiência.
- * **Aumento da participação social:** pessoas com deficiência podem participar mais ativamente da vida social, econômica e política.
- * **Fortalecimento da sociedade:** Uma sociedade inclusiva é mais justa, equitativa e diversificada.
- * **Desmistificação de preconceitos:** a inclusão social ajuda a combater estereótipos e preconceitos sobre pessoas com deficiência.
- * **Benefício econômico:** a inclusão no mercado de trabalho aumenta a produtividade e a capacidade de contribuição de PcDs.

Desafios:

- * **Barreiras físicas:** inadequação de espaços públicos e privados.
- * **Preconceitos e estigmas:** falta de conhecimento e de aceitação da diversidade.
- * **Falta de recursos:** inversão insuficiente em tecnologia assistiva e em programas de inclusão.
- * **Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho:** falta de oportunidades e de adaptação dos ambientes de trabalho.

A inclusão social de pessoas com deficiência é um processo contínuo que exige a colaboração de todos os setores da sociedade: governos, empresas, associações, grupos familiares e sociais. É fundamental promover a igualdade de acesso a oportunidades de saúde, educação, trabalho, lazer e previdência, garantindo que todos possam participar plenamente da vida urbana e social, sem privações ou violações de direitos. Mas para isso é preciso que se engajem nesta luta por acessibilidade e inclusão, todos, de “A” a “Z”.

Equipe Técnica

Design, Diagramação e Redação: Fred Le Blue Assis (Assessor Parlamentar da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da ALEGO)

Revisão Gramatical: Thales Rodrigo (Seção de Taquigrafia da ALEGO)

Ilustração: Canvas

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

(62) 3221-3123

cdpd@al.go.leg.br

<https://portal.al.go.leg.br/comissoes/39>

Av. Emival Bueno, Quadra G, Lt. 1, Bl. C, Sl. 301

Palácio Maguito Vilela

Park Lozandes, Goiânia-GO, 74.884-090

Comissão de
Defesa dos Direitos
da Pessoa com
Deficiência



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE GOIÁS**



ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO É DEMOCRACIA E EMPATIA.

Pessoas com Deficiência
também são eficientes!



ESCOLA DO
LEGISLATIVO
ESTADO DE GOIÁS

Comissão de
Defesa dos Direitos
da Pessoa com
Deficiência



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE GOIÁS**